

Antonio Cruz/ABR



## Líderes discutem o que votar

Presidente do Senado convoca reunião para terça-feira na tentativa de fechar acordo sobre o que será examinado pelo Plenário até dia 17

A pauta do Plenário está obstruída por cinco medidas provisórias. A que aumentou o salário mínimo para R\$ 350 é a mais polêmica, pois o governo discorda de uma emenda que reajusta em 16,67% os vencimentos de aposentados e pensionistas do INSS que ganham mais que o salário mínimo. O governo só aceita aumento de 5%. Os líderes governistas desejam que, após a liberação da pauta, os senadores votem a proposta que cria o fundo da educação básica, o Fundeb. O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do governo, Romero Jucá, trabalham para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja votada. **Página 4**

## Brasil entra na era da TV digital

Cerimônia realizada ontem no Palácio do Planalto, com a assinatura de decreto pelo presidente Lula, marcou o ingresso do país na era da TV digital. O novo sistema de transmissão, que adotará tecnologia japonesa e será implantado ao longo de sete anos, consistirá não apenas numa imagem de alta definição. Como disse Lula em discurso, brevemente será possí-

vel ao cidadão fazer, por meio de seu televisor, a marcação de consultas no SUS ou acessar a Previdência Social. Segundo o presidente, a implantação da TV digital no Brasil representa “um poderoso fenômeno econômico e um forte avanço democrático”. Estiveram presentes à solenidade os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo. **Página 3**

## Textos de discursos na internet em tempo real

Qualquer pessoa poderá acessar no portal do Senado na internet em tempo real, a partir da próxima semana, os textos dos discursos dos senadores. Ao fazer ontem o lançamento do novo sistema de taquigrafia da Casa, Renan Calheiros afirmou que a sociedade exige ins-

trumentos cada vez mais dinâmicos de interação entre os Poderes e o cidadão. Em uma segunda etapa, além dos trabalhos do Senado, o serviço abrangerá as atividades das comissões. A transcrição dos discursos será atualizada de dois em dois minutos. **Página 2**



Marcelo Crivella preside a CPI mista que apurou a entrada ilegal de brasileiros em outros países

## Emigração: relatório final será votado quarta-feira

Entre as propostas estão a de que os brasileiros residentes no exterior possam eleger deputados pelo sistema majoritário e a de que o tráfico de pessoas para emigração seja criminalizado. **Página 5**

## Super-Receita: Tourinho apresenta parecer

O parecer do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sobre a Super-Receita foi encaminhado ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pode ser incluído na pauta da próxima terça-feira. O senador examinou 141 emendas ao projeto de lei (PLC

20/06) que unifica as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária.

Tourinho considerou constitucional a unificação dos cargos de auditores fiscais das duas secretarias, apoiando-se em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).



Amir Lando relata CPI que investiga compra de ambulâncias com preços superfaturados

## CPI dos Sanguessugas vai ouvir empresário

Luiz Antônio Trevisan Vedoin é acusado de participar de um esquema de fraudes na compra de ambulâncias liderado por seu pai. CPI confirmou três depoimentos para a semana que vem. **Página 8**

Roosevelt Pinheiro

Sessão plenária poderá ser acompanhada pelo portal do Senado. A iniciativa agilizará disponibilidade das informações dos trabalhos da Casa, afirma Renan Calheiros



Renan (ao centro, entre Mão Santa, Paim, Agaciel e Carreiro) ressalta exigência da sociedade por instrumentos cada vez mais dinâmicos

## Cidadão já pode ler os discursos pela internet em tempo real

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou ontem o novo sistema de taquigrafia da Casa, que possibilitará ao cidadão, via portal do Senado na internet, o acesso à íntegra dos discursos proferidos pelos senadores em Plenário, em tempo real. Renan argumentou que a sociedade exige instrumentos cada vez mais dinâmicos de interação entre os Poderes e o cidadão.

O serviço, que está funcionando em caráter experimental, estará disponível a partir da semana que vem a qualquer pessoa que estiver interligada à rede mundial de computadores. O objetivo é dar

à sociedade uma maneira ainda mais ágil de acompanhar tudo o que ocorre no âmbito da Casa. Em uma segunda etapa do projeto, além das sessões plenárias, o sistema abrangerá também as reuniões das comissões.

– O novo sistema de taquigrafia agilizará a disponibilidade das informações dos trabalhos legislativos, em texto e áudio, promovendo maior transparência na prestação de contas das ações do Congresso Nacional – afirmou Renan Calheiros.

O sistema acompanhará o trabalho dos taquígrafos, que passarão a atualizá-lo de dois em

dois minutos – que é o tempo convencional de revezamento entre os profissionais. A revisão acontecerá com os textos já disponíveis pela internet. O serviço foi implementado pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen), que desenvolveu diversas adaptações a partir do sistema utilizado pela Câmara dos Deputados.

Estiveram presentes na cerimônia os senadores Paulo Paim (PT-RS), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Marcos Guerra (PSDB-ES) e Mão Santa (PMDB-PI), o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

## Conselho de Comunicação dedica livro à memória de Daniel Herz

O Conselho de Comunicação Social (CCS) fará o lançamento da obra *Os desafios da comunicação social no Brasil* na terça-feira, às 11h, no Salão Nobre do Senado. O livro, publicado pelo Conselho Editorial do Senado, reúne artigos resultantes das audiências públicas realizadas pelo conselho entre 2005 e abril deste ano e é dedicado à memória do jornalista gaúcho Daniel Koslowski Herz. Ex-integrante do CCS, Herz morreu aos 51 anos no último dia 30 de maio, em Porto Alegre.

Militante da luta pela democratização das comunicações no país e ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj),

Daniel Herz foi o primeiro representante da entidade no CCS, quando a composição original do conselho foi aprovada pela Mesa do Congresso Nacional, em junho de 2002.

Herz foi fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e também atuou na elaboração e regulamentação de diversos projetos legislativos, a exemplo do que originou a Lei da TV a Cabo (Lei 8.977/95).

A atuação de Daniel Herz em defesa da democratização da informação está documentada nas atas das reuniões do CCS, publicadas na página do Senado na internet.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão será realizada às 9h. Não haverá votação de propostas, mas sim pronunciamentos e debates de parlamentares. Entre os inscritos para discursar na tribuna estão os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP). A sessão é transmitida ao vivo pela TV e Rádio Senado.

### Pesquisas eleitorais são tema de conferência

Na segunda-feira, às 14h30, o “Ciclo de Conferências Unilegis 2006” convida o professor Alberto Carlos Almeida, coordenador de pesquisas eleitorais e de opinião, para falar sobre as pesquisas eleitorais: critérios, formulação do questionário, margem de erro, resultados, entre outros aspectos. O evento é aberto ao público e será realizado no auditório do Interlegis.

### Santos Dumont

A TV Senado comemora os cem anos do vôo de Santos Dumont exibindo no programa *Repórter Senado* o filme *A Paixão de Voar*. A apresentação vai ao ar hoje, às 22h45.

### Galeria virtual

A mostra *Artistas Brasileiros*, em cartaz até o dia 14 no Salão Negro, também está numa galeria virtual, que pode ser acessada no [www.senado.gov.br/Comunica/artistasbrasileiros](http://www.senado.gov.br/Comunica/artistasbrasileiros).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich e Silvia Gomide (interna) (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim e Marcos Guerra

Decreto assinado ontem pelo presidente Lula, na presença de várias autoridades, estabelece regras de transição para o sistema digital, de tecnologia japonesa

# Ato no Planalto marca ingresso da TV digital no país

J. Freitas



Os ministros Furlan, Hélio Costa e Dilma Rousseff, o senador Renan Calheiros e o deputado Aldo Rebelo ouvem Lula anunciar o novo padrão

## Novo sistema trará facilidades à vida do cidadão

O governo promete, por meio de informe divulgado ontem pelo Palácio do Planalto, que o novo sistema de TV digital terá imagem de alta definição (semelhante à do cinema com som estéreo); acesso a serviços prestados pelo poder público, por meio do controle remoto da TV (marcação de consultas no Sistema Único de Saúde, verificação de dados da Previdência Social, programas de educação a distância); e ausência de “chувiscos”, “fantasmas” ou outras interferências na imagem.

Está prevista a criação de quatro novos canais digitais de TV públicos (quatro faixas de 6 MHz, que podem ser subdivididas em até quatro cada uma). As redes terão prazo de sete anos para

dar cobertura nacional ao sinal digital, e de dez anos para que a transmissão terrestre no país passe a ser integralmente digital.

A princípio, os consumidores não terão de comprar um novo televisor, seja de cristal líquido (LCD), seja de plasma. Instalando um adaptador (ou caixa de conversão do sinal digital para o analógico), a imagem ficará melhor do que a de um aparelho de TV comum. Quem não puder comprar o novo equipamento continuará recebendo o sinal analógico por dez anos.

O informe da Presidência da República afirma que o governo “optou por mobilizar cientistas, pesquisadores e empresas brasileiras em busca do desenvolvi-

mento de um sistema mais adequado às necessidades nacionais e às características da televisão aberta, que chega gratuitamente a mais de 90% dos lares brasileiros”. O padrão escolhido – japonês – permitiria integração mais fácil com tecnologias nacionais. Essa integração está prevista em memorando assinado entre os governos do Brasil e do Japão.

O padrão ISDB-T também foi um “ponto decisivo”, uma vez que por intermédio dele o sinal pode ser recebido tanto em celulares como em veículos em movimento, sem qualquer custo para o consumidor. Ou seja, ninguém mais perderá o capítulo da novela ou o telejornal por estar na rua ou em trânsito.

Decreto assinado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, ao lado dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, coloca o Brasil na era da TV digital. A medida estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital na radiação de sons e imagens.

Isso significa que, em até sete anos, toda a população brasileira terá uma TV com melhor qualidade de imagem e som, além de recursos como programas de educação a distância e acesso a dados da Previdência Social. No discurso feito na solenidade, Lula agradeceu às universidades brasileiras, ao dizer que tudo de que precisam é oportunidade e que, “quando chamadas, elas mostraram do que são capazes”.

– Quero cumprimentar também os empresários da radiodifusão no Brasil, porque não foram poucas as reuniões. Vocês viram que o Hélio Costa [ministro das Comunicações] terminou afirmando que nós marcamos um gol. Vocês estão lembrados de que faz quatro meses que ele colocou a bola na marca do pênalti, e nós demoramos para bater o pênalti porque era preciso construir

mais fortemente essa relação democrática com a sociedade brasileira, para concluir esse projeto.

Lula celebrou ainda o acordo feito com o Japão para a importação da tecnologia, observando que ontem foi um dia memorável para as relações entre os dois países.

Na sua opinião, o resultado da iniciativa brasileira foi extraordinário e, nos próximos dez anos, a TV digital vai revolucionar não apenas a TV no país, mas também a relação da sociedade com a informação no sentido mais amplo.

De acordo com Lula, a TV digital não consiste apenas num sistema que melhora a transmissão e a captação do sinal, pois “ela é, ao mesmo tempo, uma fabulosa síntese tecnológica, um poderoso fenômeno econômico e um forte avanço democrático”.

– Não está longe o dia em que as famílias poderão marcar consulta médica pelo SUS usando a TV; não está tão longe o dia em que as pessoas também poderão ter acesso às suas contas de Previdência Social pela internet, via TV digital; não está longe o dia em que a sala de aula poderá ter uma extensão dentro da sala de visita de todos os lares brasileiros, de todas as classes de renda.

## Proposta de Arns estimula emissoras públicas e estatais

Os sistemas público, privado e estatal de radiodifusão no país deverão atuar de forma complementar e harmônica, defendeu ontem o senador Flávio Arns (PT-PR), autor de projeto que estabelece regras para a utilização do espectro de radiofrequências pelas emissoras de TV digital.

O projeto de Arns (PLS 189/06) determina que, em cada localidade, pelo menos 40% das faixas destinadas aos serviços de televisão sejam reservadas aos sistemas público e estatal. Além disso, as emissoras privadas deverão remunerar o Estado pelo uso do bem público colocado à sua disposição.

O pagamento seria reduzido proporcionalmente à capacidade



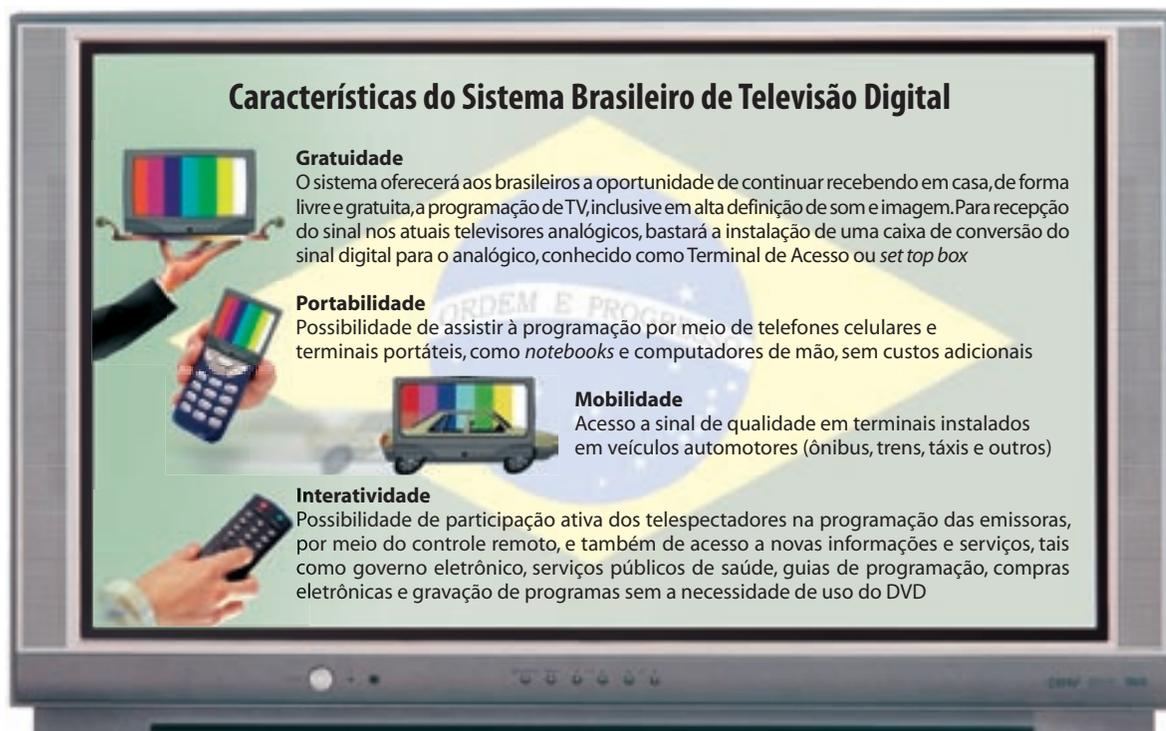
Roosevelt Pinheiro

Arns: canais privados devem remunerar o Estado pela utilização de bem público

de transmissão cedida a emissoras públicas e estatais e entidades comunitárias e de ensino.

– Com essa medida, procuramos estimular a democratização do espectro mediante incentivo a que as emissoras privadas abram suas redes à transmissão de programas de outras entidades de interesse público.

Ele explica que para as emissoras públicas e estatais não haverá cobrança, “pois parte-se do pressuposto de que prestam serviço de interesse social”.



### Características do Sistema Brasileiro de Televisão Digital

#### Gratuidade

O sistema oferecerá aos brasileiros a oportunidade de continuar recebendo em casa, de forma livre e gratuita, a programação de TV, inclusive em alta definição de som e imagem. Para recepção do sinal nos atuais televisores analógicos, bastará a instalação de uma caixa de conversão do sinal digital para o analógico, conhecido como Terminal de Acesso ou *set top box*

#### Portabilidade

Possibilidade de assistir à programação por meio de telefones celulares e terminais portáteis, como *notebooks* e computadores de mão, sem custos adicionais

#### Mobilidade

Acesso a sinal de qualidade em terminais instalados em veículos automotores (ônibus, trens, táxis e outros)

#### Interatividade

Possibilidade de participação ativa dos telespectadores na programação das emissoras, por meio do controle remoto, e também de acesso a novas informações e serviços, tais como governo eletrônico, serviços públicos de saúde, guias de programação, compras eletrônicas e gravação de programas sem a necessidade de uso do DVD

Renan Calheiros e líder do governo trabalham para desobstruir a pauta, trancada por cinco medidas provisórias, e para que o projeto da LDO de 2007 vá a votação

## Líderes buscam acordo sobre o que será votado até o recesso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu convocar os líderes partidários para uma reunião na terça-feira, às 11h, com o objetivo de tentar fechar um acordo sobre o que deverá ser votado pelo Plenário até o dia 17 de julho, último dia antes do recesso. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e os líderes naquela Casa devem participar da reunião.

A pauta do Plenário está obstruída por cinco medidas provisórias (MPs). A que aumentou o salário mínimo para R\$ 350 é a mais polêmica, pois o governo discorda de uma emenda, colocada pelos deputados, que reajusta em 16,67% os vencimentos de aposentados e pensionistas do INSS que ganham mais que o salário mínimo – o governo só aceita 5%. Os líderes governistas querem ainda que, depois da desobstrução da pauta, os senadores votem a proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Além de destrancar a pauta, Renan Calheiros e o senador



Jucá diz que a única pendência para votar LDO é ameaça de obstrução por deputado

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, trabalham para que possa ir a votação o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007.

A reunião do Congresso marcada para ontem com essa finalidade, acabou não se realizando por falta de quórum – muitos parlamentares viajaram para os estados, onde participam das últimas convenções partidárias para indicação de candidatos às eleições de outubro.

Apesar do apoio das lideranças partidárias para a votação da LDO, o deputado Ricardo Barros

(PP-PR) reafirmou nas últimas horas que pretende obstruir o exame do projeto da LDO, reivindicando o exame prévio pelo Congresso de resolução de sua autoria que modifica a forma de apresentação de emendas parlamentares ao Orçamento federal. Ele também quer modificar o substitutivo de Jucá aprovado na Comissão de Orçamento. Barros apresentou destaque para impedir que o governo possa executar obras já contratadas e com recursos empenhados, na proporção de 1/12 do projeto de lei, se o Orçamento não tiver sido deliberado até o final deste ano.

Pelo regimento do Congresso, um deputado apoiado por pequeno número de parlamentares pode obstruir a votação de matérias orçamentárias, pedindo verificação de quórum. Nesses casos, ou o governo faz acordo com o parlamentar ou mobiliza sua base e coloca em Plenário no mínimo 41 senadores e 257 deputados, para garantir a votação. Em ano eleitoral e às vésperas de recesso parlamentar, essa é uma tarefa difícil de ser cumprida.

## Paim diz confiar na aprovação do reajuste para aposentados

Paulo Paim (PT-RS) disse confiar na aprovação pelo Senado do Projeto de Lei de Conversão 18/06 (da MP 288/06), que concede reajuste de 16,67% para aposentados e pensionistas que recebem mais que um salário mínimo. O senador lembrou que, durante a sessão deliberativa da quarta-feira, os líderes partidários comprometeram-se com a aprovação da matéria. O aumento é resultado de uma emenda à MP, que reajusta o salário mínimo, aprovada pela Câmara.

– Os aposentados não possuem tratores para fazer demonstração

de força, como os produtores rurais fizeram em manifestação na frente do Congresso. Eles também não têm a força de greve, pois não podem parar as fábricas, indústrias, comércio ou bancos. Os aposentados só têm o Congresso para defendê-los. E, enquanto acreditarmos em um Brasil mais justo e mais igual, continuaremos sendo a voz deles – afirmou Paim.

Em aparte, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) disse que, quando sair do Senado, levará no coração a atuação de Paim. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI)



“Aposentados não fazem greve e só têm o Congresso para defendê-los”, afirma Paim

lamentou a falta de sensibilidade do governo com os idosos, exemplificando com o estímulo dado aos empréstimos consignados, que, segundo o senador, provocou sério endividamento na vida financeira dos idosos.

## Votos de pesar pelo falecimento do pai de senadores

A Mesa do Senado recebeu dois requerimentos de voto de pesar pelo falecimento de Silvino Fernandes Dias, pai dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Osmar Dias (PDT-PR),

ocorrido na madrugada de ontem. Silvino tinha 95 anos e morreu de uma pneumonia.

Um dos requerimentos de voto de pesar, do senador João Batista Motta (PSDB-ES), foi

apresentado em nome da bancada do PSDB. O outro foi assinado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Marcos Guerra (PSDB-ES) e Paulo Paim (PT-RS).

## Motta: crise na Varig provocou aumento das passagens

A suspensão de diversas linhas da Varig provocou a superlotação dos vôos e a criação de um cartel, denunciou ontem o senador João Batista Motta (PSDB-ES). Ele responsabilizou o governo federal pela situação.

– O governo desprezou a Varig, não teve coragem de enfrentar o problema da empresa, e o resultado é o seguinte: hoje, para comprar uma passagem aérea de Brasília para o Espírito Santo, que há poucos dias custava entre R\$ 200 e R\$ 300, a pessoa terá que pagar R\$ 1.488,22 – assinalou.

Sem vagas nos aviões e com as passagens aéreas a preços elevados, nem a alternativa de viajar de carro ou ônibus é viável atualmente, diz Motta, porque, além das estradas federais continuarem esburacadas, os assaltos nas rodovias, que antigamente ocorriam principalmente à noite, já estão acontecendo à luz do dia.

– Paralelo a tudo isso, a crise na agricultura, que a TV Globo noticiou como sendo apenas no Sul, está generalizada em todo o país. Onde há agricultor, há desespero e dor. O ministro demissionário da Agricultura, Roberto Rodrigues, saiu apontando o câmbio como responsável por ele deixar a pasta com o título de ministro da crise da agricultura – disse.

Na avaliação de Motta, diante



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Segundo Motta, brasileiros estão sem opção, pois estradas não são seguras

de tantos problemas só resta ao brasileiro escolher um novo presidente na próxima eleição. Embora elogiando os senadores candidatos à Presidência da República, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Heloísa Helena (PSOL-AL), Motta disse acreditar que a melhor opção é o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou sua esperança de que seja encontrada uma saída para a Varig e também se solidarizou com o ex-ministro Roberto Rodrigues. Já Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que nos municípios do cerrado piauiense os agricultores estão usando adesivos contendo uma fotografia do presidente da República e a seguinte frase: “Lula, a maior praga da agricultura”.

## Projeto que cria registro de circos segue para a Câmara

Será enviado à Câmara dos Deputados o projeto de lei de Alvaro Dias (PSDB-PR) que cria um registro dos circos perante o Ministério da Cultura e estabelece medidas de proteção aos animais circenses. A proposta foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE) e o prazo para ser solicitada a apreciação da matéria pelo Plenário já se esgotou.

Flávio Arns (PT-PR), que foi o relator da matéria na CE, apresentou substitutivo para prever a manutenção, por órgão ambiental, de um cadastro geral dos espécimes das faunas exótica e silvestre existentes nos circos, responsabilizando-se pela destinação dos espécimes nascidos nos circos.

Fica proibido o ingresso de novos espécimes nos circos, senão daqueles já existentes, por permuta ou comercialização com outros circos, associada à nova destinação dos nascidos nos circos.

A proposta (PLS 396/03) ainda



Alvaro propõe que circos devam manter a saúde e a segurança de seus animais

estipula que o uso da denominação “circo” dependerá do registro do espetáculo perante o Ministério da Cultura, devendo apresentar um mínimo de 50% de atividade considerada “circense”.

Os circos também ficam obrigados a manter a saúde e a segurança dos animais, não permitindo que eles sejam maltratados. As estruturas de transporte e exposição deverão atender a requisitos mínimos de espaço, sanidade e segurança de cada espécie.

## Senado reconhece união estável de servidora e companheira

A 1ª Secretaria do Senado Federal deferiu, na semana passada, o pedido, protocolado pela servidora e jornalista Silvia Del Valle Gomide, de inclusão como dependente – para efeitos de assistência à saúde e como beneficiária de pensão – de sua companheira, Cláudia de Oliveira.

A decisão é inédita na história da instituição. Caso semelhante já havia ocorrido na Câmara dos Deputados, onde, porém, a negociação do servidor se deu diretamente com o plano de saúde. No Senado, ao solicitar ao plano a inclusão, a jornalista foi informada de que o procedimento só poderia se dar no Sistema Integrado de Saúde (SIS) caso a parceira fosse reconhecida como sua dependente pelo próprio Senado.

– Em um ano e quatro meses de tramitação, houve muitas idas e vindas, mas acho que prevaleceu a interpretação de que não há que se questionar o mérito da questão. O que está em jogo são os direitos das pessoas – disse Silvia.

A servidora frisa que, embora a legislação brasileira não reconheça a união estável entre pessoas do mesmo sexo, a Constituição, quando trata dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, fala de igualdade e proíbe qualquer tipo de discriminação. Foi exatamente o que a Advocacia

do Senado levou em consideração. Diz o parecer: “Não se trata de discutir a natureza da relação homossexual, suas implicações morais e sua correlação com o conceito de casamento ou de união estável reconhecida em lei, e sim a equivalência dessa relação para efeitos de reconhecimento de direitos próprios da pessoa humana e do cidadão”.

– Penso que esse ato representa um reconhecimento, por parte do Congresso, da igualdade da união entre pessoas do mesmo sexo. Isso é muito importante, porque esta Casa é o local em que as leis são feitas – destacou Silvia.

Outros órgãos da administração pública já reconheceram parceiros homossexuais dos servidores na categoria de dependentes, como a Radiobrás (pioneira), o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem jurisprudência a respeito da “sociedade de fato entre pessoas do mesmo sexo”. No entanto, como observou Silvia, não existe uma norma legislativa.

– Essa festa que as pessoas estão fazendo em torno disso é linda. Mas o que eu acho é que, simplesmente, justiça foi feita.

## Exposição reforça combate à discriminação

A exposição *Semana do Orgulho Gay: Respeito à Diversidade* está aberta à visitação pública na Senado Galeria, até sexta-feira da próxima semana, exibindo um conjunto de peças que enfatizam o combate à discriminação sexual. A iniciativa da mostra é da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A mostra contém cartazes e peças informativas abordando a temática Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT) que relatam, com criatividade, a discriminação sofrida por essa parcela da população brasileira. Estão também expostos folhetos que alertam sobre os cuidados e as medidas de prevenção para evitar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

Serys observa que “é preciso dar visibilidade a quem não tem e combater o preconceito e qual-



A mostra *Semana do Orgulho Gay* está aberta à visitação pública na Senado Galeria

quer forma de discriminação”.

A finalidade da mostra, segundo informou o coordenador da exposição, José Penna Fort, é trazer para o Senado uma demonstração do que está acontecendo nas paradas gays, realizadas durante esta semana em todo o país, além de apresentar as reivindicações do segmento.

A Senado Galeria localiza-se no corredor de acesso ao Anexo I do Senado Federal.

Documento defende direitos dos brasileiros residentes no exterior, propõe que eles possam eleger deputados pelo sistema majoritário e ser cadastrados na Previdência

## Relatório da CPI da Emigração Ilegal deve ser votado na quarta

O relatório final da CPI Mista da Emigração Ilegal deverá ser votado na quarta-feira, conforme informação da secretaria da comissão presidida pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). O prazo para a apresentação de emendas à matéria encerra-se na segunda. A CPI foi criada em junho de 2005. O relatório foi apresentado na última quarta-feira pelo relator, deputado João Magno (PT-MG).

Dentre as recomendações contidas no documento está a que requer a aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) a fim de possibilitar a tipificação dos crimes de exploração sexual e o tráfico de pessoas efetivado para esse fim (PL 4.850/05). O relatório também sugere a aprovação, em regime de urgência, do projeto de lei do deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) que criminaliza tanto o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual como aquele praticado em território nacional (PL 2.375/03).

O relatório também contém proposições de autoria da comissão, como a PEC 5/05, que pretende alterar o artigo 45 da



Marcelo Crivella (E), presidente da comissão mista, e o deputado João Magno, relator



Constituição a fim de permitir que os brasileiros residentes no exterior possam eleger deputados pelo sistema majoritário.

Outro projeto altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, inserindo essa espécie de conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro (PLS 15/06).

### Nascidos no exterior

A comissão apresentou ainda o projeto que pretende incluir, no Regime Geral de Previdência Social, o brasileiro que tenha trabalhado no exterior, para fins de reconhecimento do direito à aposentadoria. Há também

proposta apresentada pela CPI disposta sobre a concessão de anistia a quem tenha registrado como nascida no Brasil criança, de pai ou mãe brasileira, que nasceu em país fronteiriço.

Para facilitar o registro de brasileiros nascidos no estrangeiro, a CPI apresentou proposta para estender a isenção do despacho judicial à hipótese de assento consular de nascimento de filho de mãe ou pai brasileiro no exterior, antes da maioridade. Pela legislação atual (Lei 6.015/73), se o registrando possuir entre 12 e 18 anos, a declaração de nascimento somente será obtida mediante despacho judicial.

## Grupos entregam manifesto contra cotas raciais

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, receberam ontem manifesto assinado por representantes de grupos contrários à criação de cotas raciais em universidades públicas e à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Eles alegam que essas medidas, sob o pretexto de reparar e combater a discriminação racial, podem promovê-la.

Paim questionou a representatividade desses grupos e lembrou que o estatuto foi aprovado por unanimidade no Senado depois de mais de dez anos de discussão. Argumentou ainda que é uma distorção haver menos de 5% de negros nos cargos públicos, nas empresas e nas universidades.

A professora de Antropologia Ivone Maggie, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que, para combater o racismo, é necessário eliminar o conceito de raça. Para José Carlos Miranda,



Renan (D) e Aldo recebem representantes de grupos como o Movimento Negro Socialista

do Movimento Negro Socialista, esse tipo de medida contraria a igualdade jurídica dos cidadãos.

– A melhor forma de corrigir as injustiças históricas sofridas pelos negros é garantir acesso a serviços públicos de qualidade a todos, negros ou não. Está na moda trabalhar com a questão das diferenças das minorias. O importante é a igualdade das pessoas. Em todos os lugares onde diferenças de cor da pele, religião e de sexo

foram colocadas para o Estado administrar ocorreram experiências desastrosas – ressaltou.

Renan declarou-se favorável à implantação de políticas de cotas, mas disse que serão necessárias mais discussões, para evitar novas divisões na sociedade. Para Aldo, é preciso compreender melhor como se dá a prática de racismo no Brasil para que políticas de combate adaptadas à realidade nacional possam ser implantadas.

Senador lamenta fim da candidatura de Pedro Simon à Presidência da República e elogia "coragem e bravura" dos peemedebistas piauienses

## Mão Santa anuncia que é candidato ao governo do Piauí

O senador Mão Santa (PI) anunciou ontem em Plenário sua candidatura a governador do Piauí, definida em convenção do PMDB em Teresina. Para ilustrar o espírito combativo dos piauienses, o parlamentar lembrou episódios da história do estado, como a Batalha do Genipapo contra os portugueses, em 1823, e o fracasso da Coluna Prestes em transformar Teresina na primeira capital comunista do Brasil, em 1935.

Mão Santa ainda lamentou o fim da pré-candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da República e elogiou os peemedebistas piauienses, que teriam demons-



Mão Santa traça paralelo entre situação do PMDB e exemplo de Rui Barbosa

trado "coragem e bravura" ao solidarizar-se com Simon.

O senador piauiense traçou paralelo entre a situação atual do PMDB e o exemplo de Rui Bar-

bosa que, no final do século 19, era senador e candidato à Presidência da República na sucessão de Deodoro da Fonseca, mas foi preterido em benefício de Floriano Peixoto. Segundo Mão Santa, ao contrário da postura assumida por alguns membros do PMDB que teriam aberto mão da candidatura própria em troca de cargos em ministérios, Rui Barbosa teria dito à época preferir ser fiel a suas convicções a aceitar cargos em ministérios.

Em aparte, João Batista Motta (PSDB-ES) parabenizou o senador pela candidatura e disse esperar que Geraldo Alckmin possa utilizar seu palanque no Piauí na campanha pela Presidência.

## Projeto exige exame de qualificação para médicos

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, projeto que estabelece um exame de proficiência para médicos e dentistas comprovarem nível de conhecimento indispensável para o exercício da profissão. Pelo projeto (PLS 102/06), de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), somente com a aprovação nesse exame os recém-formados em Medicina e Odontologia poderão obter o registro profissional junto aos respectivos conselhos regionais.

Segundo a autora do projeto, que tem como relator o senador Augusto Botelho (PDT-RR), nos últimos anos o Ministério da Educação autorizou a abertura de grande número de escolas de Medicina. Somente no governo passado, informou, a Associação



Serys considera avaliação final confiável para habilitar profissionais

Paulista de Medicina computou 42 novos cursos, sendo 11 em instituições públicas e 31 em instituições privadas. Desde o início do atual governo, 21 novos cursos de Medicina já foram autorizados, sendo três deles em instituições públicas e 18 em escolas privadas.

– Diante desse quadro, muito se tem discutido sobre a necessidade de se permitir o registro do médico nos conselhos regionais somente após a realização de exame de qualificação ou de proficiência para recém-formados, a exemplo do que já vem fazendo a Ordem dos Advogados do Brasil com os bacharéis de Direito – afirmou.

Serys Slhessarenko diz que tal avaliação não é o modelo ideal, pois o que deveria haver é uma formação acadêmica melhor para o médico e o dentista. Mas esse exame, observa Serys, não deixa de ser um instrumento "bastante confiável" para habilitar profissionais nas áreas de Medicina e Odontologia.

A senadora alega ainda que exame semelhante é aplicado nos Estados Unidos e no Canadá para médicos recém-formados.

## Proposta sobre profissão de ortoptista vai à Câmara

Após ter sido aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tendo-se esgotado o prazo para interposição de recurso visando a sua apreciação em Plenário, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 139/03, que regulamenta a profissão de ortoptista, segue para apreciação dos deputados. O ortoptista é o profissional com graduação em Ortóptica, habilitado à pesquisa

e, mediante prescrição médica, ao diagnóstico e tratamento de distúrbios óculo-sensório-motores.

O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), explica que por falta de uma legislação regulamentadora, o mercado de ortóptica se encontra invadido por amadores e aventureiros que comprometem o exercício da profissão. Paim reclama do fato de que os verdadeiros ortoptistas,

com graduação superior em curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, estejam injustamente igualados aos curiosos. A Ortóptica, segundo o dicionário *Aurélio*, é ramo da Oftalmologia em que, mediante exercícios oculares, se procura corrigir deformação de eixos visuais que não estejam coordenados de modo a proporcionar visão binocular normal.



Comissão de Serviços de Infra-Estrutura examinará projeto de Rodolpho Tourinho

## Telefônicas podem ser obrigadas a instalar bloqueadores em prisões

Empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal poderão ser obrigadas a instalar bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais. É o que determina projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que pode ser votado terça-feira – em decisão terminativa – pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O projeto foi apresentado dias depois das ações do Primeiro Comando da Capital (PCC) ocasionarem a morte de cerca de 400 pessoas em São Paulo, entre policiais e civis. A facção criminosa paralisou a capital paulista entre os dias 12 e 15 de maio deste ano com ações em boa parte orquestradas com o uso de celulares móveis, que, apesar de proibidos, ainda circulam livremente entre os presidiários.

Durante o mesmo período, o grupo criminoso utilizou-se de celulares para promover grandes rebeliões em presídios localizados nos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná. Preocupado com essa situação, o senador Tourinho quer que as empresas instalem os bloqueadores em até

180 dias a contar da publicação da lei.

– Temos perfeito conhecimento que muitos condenados, dentro dos presídios, mantêm vínculos com organizações criminosas, com a ajuda de aparelhos celulares. E mais, chegam a praticar crimes de extorsão, ligando para as vítimas desinformadas, ameaçando seus familiares – afirmou o senador.

Para Tourinho, o uso de aparelhos celulares nos estabelecimentos penais tem sido a regra e não a exceção.

O projeto também prevê que as operadoras ficarão obrigadas a prestar todos os serviços de manutenção, troca e atualização tecnológica dos bloqueadores. O descumprimento da lei irá gerar multa de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil para os estabelecimentos.

– Devemos reconhecer que o Estado não tem condições de instalar os bloqueadores em todas as penitenciárias, não só pelos custos da medida, mas pela evolução tecnológica e uso de novas frequências que tornaram os bloqueadores rapidamente obsoletos – concluiu.

## Comissão analisa indicações para a Anac e a ANTT

Em reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), prevista para a próxima terça-feira, os senadores deverão analisar mensagens presidenciais com as indicações de Josef Barat e de Francisco de Oliveira Filho, respectivamente, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) será o relator da indica-



Sérgio Zambiasi será relator da mensagem relativa ao diretor da Anac

ção da Presidência da República para o cargo de diretor da Anac, enquanto o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fará a relatoria do indicado para a ANTT.

## Quintanilha recebe representantes do agronegócio do feijão

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) reuniu-se ontem com representantes do agronegócio do feijão brasileiro para discutir os problemas enfrentados pelo setor. Eles pediram ao senador apoio para que o segmento tenha também sua auto-regulação.

De acordo com Péricles Pessoa Salazar, membro do Instituto Brasileiro do Feijão – entidade criada para defender os interesses do setor –, a reunião marcou o início das demandas da categoria, incluindo a criação de uma câmara setorial junto ao Ministério da Agricultura. Salazar ressaltou que Quintanilha, “um entusiasta do agronegócio brasileiro”, apoiou a criação do instituto.



Lideranças pediram a Quintanilha apoio para que segmento tenha auto-regulação

## César Borges propõe medida de proteção a avalista e fiador

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar, em decisão terminativa, projeto estabelecendo que a abertura de cadastro em banco de dados de proteção ao crédito deve ser precedida de comunicação ao fiador e ao avalista do devedor da obrigação. O projeto (PLS 104/06), do senador César Borges (PFL-BA), tem por objetivo evitar que o fiador ou o avalista seja surpreendido com sua inclusão no serviço de proteção ao crédito.

Segundo o texto, a comunicação deve ser feita por telegrama ou carta, com postagem e recebimento comprovados.



César Borges: comunicado deve anteceder inclusão em serviço de proteção ao crédito



Antônio Milioni/ABr

Manutenção de 100 mil postos de trabalho e exportações de US\$ 2,1 bilhões em 2005 pela Zona Franca de Manaus motivam senadores a propor modelo para o Maranhão e Roraima

# Experiência de área de livre comércio no Amazonas inspira projetos em outros estados

Como alternativa à ausência de uma política federal de desenvolvimento regional, tornou-se habitual entre os estados mais pobres o desejo de fortalecimento de suas economias por meio da criação de áreas de livre comércio de importação e exportação. Atentos a essa preocupação, os senadores vêm trazendo ao exame da Casa propostas de empreen-

dimentos do gênero.

O modelo de referência é a Zona Franca de Manaus, que começou a ser criada em 1957 como porto livre. Em 1967, passou a receber incentivos fiscais, quando foram implantados os pólos industrial, comercial e agropecuário. Na ocasião, passou a ser chamada de Zona Franca e, em fevereiro de 2006, o Senado aprovou a mudança do nome para

Pólo Industrial de Manaus, acolhendo proposta (PEC 59/40) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), enviada ao exame da Câmara.

Por meio da oferta de estímulos fiscais, foram atraídas ao pólo empresas do centro-sul do país e estrangeiras. Em 2005, o faturamento das unidades que compõem a área industrial chegou a quase US\$ 19 bilhões. As exportações ficaram em

US\$ 2,1 bilhões. Ali são ainda mantidos quase 100 mil postos de trabalho.

A exemplo de Manaus, tramitam no Senado duas propostas para criação de áreas de livre comércio: a de Augusto Botelho (PDT-RR), que propõe a criação da Zona Franca de Boa Vista, e a do senador Edison Lobão (PFL-MA), que estabelece a criação da Zona Franca de São Luís.

## Para desenvolver Roraima, Augusto Botelho defende Zona Franca de Boa Vista

A proposta do senador Augusto Botelho que visa à criação da Zona Franca de Boa Vista, em Roraima, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desde abril. O PLS 107/06 aguarda o voto do relator, senador Romero Jucá (PMDB), outro representante do estado. Depois, será apreciado em decisão terminativa.

– Estamos começando a luta pela aprovação do nosso projeto, mas sabemos que teremos muitas batalhas pela frente – afirma o senador, admitindo que a matéria pode enfrentar resistências.

Na justificativa do projeto, Augusto Botelho argumenta que Roraima é o estado com o menor produto interno bruto (PIB) da Federação, representando apenas 0,11% do PIB brasileiro e 2,2% do PIB da região Norte. A criação



Proposta de Augusto Botelho tramita na CAE, onde aguarda voto do relator

da Zona Franca de Boa Vista, observa o senador, dinamizará a economia do estado, que reúne potencialidade econômica e importância geopolítica. Augusto Botelho destaca ainda o potencial de geração de renda e empregos que envolve a criação da área de livre comércio.

## Lobão quer pólo industrial em São Luís; bancada amazonense é contra

Ao defender a criação da Zona Franca de São Luís, Edison Lobão argumenta que a medida será uma resposta à extrema pobreza do estado, com os mais baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e produto interno bruto (PIB) *per capita* do país.

Com voto favorável do relator, Ramez Tebet (PMDB-MS), o projeto (PLS 385/05) tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pronto para votação.

Para a bancada amazonense, a zona franca no Maranhão, pela proximidade geográfica, põe em risco a sustentação da Zona Franca de Manaus. Já houve também considerações desfavoráveis ao projeto por parte de Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo ele, a proposta está na contramão de tratados do Mercosul, e impediria



Segundo Lobão, zona franca será resposta para reduzir pobreza do estado

a criação de novas zonas francas em países do bloco regional.

Tebet também tentou criar pólos semelhantes em Mato Grosso do Sul, obteve aprovação no Senado, mas sua proposta foi remetida ao arquivo na Câmara, depois de esgotar a legislatura passada sem deliberação.

Dono da Santa Maria Comércio e Representações, Luiz Antônio Trevisan Vedoin é acusado de participar do esquema da compra superfaturada de ambulâncias

## CPI vai ouvir o empresário Vedoin na quarta-feira

Confirmado mais um depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, criada para investigar denúncias de compra de ambulâncias a preços superfaturados com recursos do Orçamento da União. O depoente é o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, dono da Santa Maria Comércio e Representações, previsto para ocorrer na próxima quarta-feira, às 10h30.

Trevisan, também acusado de participar do esquema de fraude, é filho de José Darci Vedoin – proprietário da Planam Indústria, Comércio e Representações –, apontado como chefe da quadrilha que comercializava as ambulâncias superfaturadas por meio de um prévio acordo com prefeitos, relacionado à licitação.

Com a convocação de Trevisan, já são três os depoimentos confirmados para a próxima semana. Na terça-feira, deverão ser ouvidos, na condição de convidados, o procurador da República em Mato Grosso

Mário Lúcio Avelar e o delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura. Ambos deram início às investigações sobre o esquema de fraudes que envolvia parlamentares, empresários, funcionários públicos e prefeitos.

A princípio, seria convocada também para depor na quarta-feira a ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, acusada de intermediar o esquema no órgão. Em um primeiro depoimento à Polícia Federal, ela identificou 81 parlamentares que teriam participado da fraude, além do próprio Vedoin. Mas os membros da CPI mista preferiram adiar o depoimento da ex-assessora para poderem fazer uma análise mais profunda das informações que serão repassadas pelo procurador e pelo delegado.

Na reunião de quarta-feira, o colegiado aprovou requerimentos para a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Maria da Penha, Darci Vedoin e vários parentes dele que também estariam envolvidos no

esquema de fraude: a mulher Cléia Maria Trevisan Vedoin, a filha Alessandra Trevisan Vedoin e a nora Helen Paula Duarte Cirineu Trevisan, casada com Luiz Antônio.

### Reuniões

A CPI Mista dos Sanguessugas foi instalada no último dia 22, com prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30, para concluir seus trabalhos. Para agilizar as investigações, ficou acertado que as reuniões serão realizadas todas as terças e quartas-feiras, com a possibilidade de haver trabalhos também nas quintas-feiras, caso seja necessário.

A sugestão do senador Amir Lando (PMDB-RO) e do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), respectivamente relator e presidente da CPI mista, incluía também as segundas-feiras, mas os membros que compõem a comissão preferiram não assumir esse compromisso devido às campanhas eleitorais que se intensificam nos finais de semana.

## Ideli propõe controle das transferências de bens e direitos

Projeto apresentado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) propõe a instituição de um sistema informatizado contendo dados e informações referentes às transferências de propriedade de bens e direitos – a Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real (DBDTR). Conforme a proposta (PLS 114/06), uma das finalidades desse instrumento é controlar com maior rapidez as transferências de propriedade e facilitar a arrecadação dos tributos incidentes sobre essas operações.

A proposta determina que a Secretaria da Receita Federal (SRF) organize, desenvolva e administre o referido sistema. Estabelece ainda o prazo de dois anos, após a lei entrar em vigor, para a implementação da DBDTR.

Na justificativa do projeto, Ideli observa que a iniciativa, caso seja transformada em lei, poderá viabilizar a diminuição da carga tributária, uma vez que contribuirá para a redução da sonegação fiscal e, com isso, assegurará o aumento da arrecadação tributária sem aumento de alíquotas.

“Uma administração tributária bem organizada e aparelhada tem condições de gerar um incremen-



Ideli sugere sistema a ser organizado e desenvolvido pela Receita Federal

to na arrecadação independentemente da elevação de alíquotas, porque desestimula a prática de atos que visem à evasão fiscal e à lavagem de dinheiro”, justifica a senadora.

A parlamentar informa que a DBDTR foi idealizada pelo professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP-SP) Valmor Slomski. A proposta leva em consideração padrões de controle compatíveis com as realidades tecnológica, informacional e cultural vigentes, para proporcionar eficácia no combate à sonegação de tributos e à lavagem de dinheiro.

A proposta será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última decisão terminativa.

## Comissão aprova incentivo à indústria petroquímica

Depois de ser aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seguiu ontem para a Câmara dos Deputados projeto de lei do Senado (PLS 268/03) que inclui a indústria petroquímica de primeira e segunda gerações entre os beneficiários de recursos do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural (CTPetro). A proposta foi apresentada pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Os segmentos citados respondem pelo processamento de produtos petroquímicos básicos, como eteno, propeno e resinas termoplásticas. Os recursos vinculados ao CTPetro financiam projetos de inovação tecnológica e têm origem nos royalties pagos pela indústria do petróleo. O plano é um dos 14 fundos setoriais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e tem como meta estimular investimentos privados em ciência e tecnologia via parcerias entre o setor produtivo, universidades e centros de pesquisa.



Proposta apresentada por Tourinho será analisada pela Câmara dos Deputados

Com a mudança introduzida pelo projeto na Lei 9.478/97, que regula a política energética nacional, programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria petroquímica de primeira e segunda gerações – seja na lavra em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres, seja na lavra em plataforma continental – também deverão receber parte dos royalties que excedam a 5% da produção.

A parcela de 25% desses royalties que é destinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia deverá ainda financiar programas da mesma natureza com o objetivo de prevenir e recuperar danos causados ao meio ambiente por essas indústrias.



Comissão, que tem como relator o senador Amir Lando (E) e presidente o deputado Biscaia, vai se reunir às terças e quartas-feiras

## "Sanguessugas" fraudavam licitações

A CPI investiga a atuação da máfia das ambulâncias, desvendada na Operação Sanguessuga da Polícia Federal, em maio deste ano, a partir de denúncia da Controladoria Geral da União. O esquema era chefiado pela família Trevisan Vedoin, em Mato Grosso, e tinha mem-

bro infiltrados na Câmara, no Ministério da Saúde e na Associação Mato-Grossense dos Municípios.

De acordo com a Polícia Federal, a quadrilha negociava com assessores de parlamentares a liberação de emendas individuais ao Orçamento da

União para que fossem destinadas a municípios específicos. Com recursos garantidos, o grupo – que também tinha um integrante ocupando cargo no Ministério da Saúde – manipulava a licitação e fraudava a concorrência valendo-se de empresas de fachada.